



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO

PROJETO DE LEI Nº 24 /2020

CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO
PROTOCOLO Nº 724/2020
12 MÊS 03 ANO 2020

ASSINATURA



“VEDA A NOMEAÇÃO EM MACEIÓ, PARA CARGOS EM COMISSÃO, DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI FEDERAL Nº 11.340/2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL RESOLVE:

Art. 1º - Fica vedada no município de Maceió a nomeação para todos os cargos de livre nomeação e exoneração, no âmbito da administração direta e indireta, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal 11.340/2006, de 07 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha;

§1º - A vedação só será aplicada após o trânsito em julgado da ação em que o agressor tenha sido condenado;

§2º - A participação em programas de reabilitação criminal oferecido por qualquer uma das esferas de poder (Executivo, Legislativo ou Judiciário), conforme, previsto nos Artigos 743 e 750 do Código de Processo Penal, cessará os efeitos desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Maceió, em 12 de março de 2020.


ANIVALDO DA SILVA LOBÃO
Vereador



EM BRANCO



CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO

JUSTIFICATIVA



OBJETIVO:

Tenho a honra de submeter à apreciação desta egrégia Casa Legislativa, o Projeto de Lei que veda a nomeação de agressores de mulheres e meninas, condenados em decisão transitada em julgado.

Os índices de violência contra a mulher e feminicídio são assustadores em Alagoas. O ano de 2019 apresentou um aumento significativo de feminicídio em relação a 2018, informação divulgada pela OAB/AL.

Sendo assim, entendendo ser necessário unir esforços para diminuir a agressão e morte de mulheres no Estado, proponho este Projeto de Lei.

POSSIBILIDADE JURÍDICA DE LEGISLAR:

É de se observar que o art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988 outorga aos Municípios a atribuição de legislar sobre assuntos de interesse local. Há no âmbito municipal, amparo jurídico para legislar tal matéria, tendo em vista que a Lei Orgânica do Município de Maceió, em seu art. 6º, inciso III, confirmou esta competência legislativa.

A Lei Ordinária mostra-se como instrumento normativo adequado para o tratamento da matéria. A iniciativa desta proposição compete, conforme art. 190, inciso II, "b" do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maceió, ao Vereador.

Neste sentido, conto com o apoio dos Nobres Vereadores para aprovação do presente projeto de Lei.



EM BRANCO